



CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO

EDITAL Nº 140, DE 15 DE MAIO DE 2019

NÍVEL E (Nível Superior)
NUTRICIONISTA – ALIMENTAÇÃO COLETIVA

18 de agosto de 2019

Nome: _____ Nº de Inscrição: _____

BOLETIM DE PROVA

LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTE.

- 1 Este BOLETIM DE QUESTÕES contém **42** questões objetivas, sendo **Conhecimentos Básicos – 8** de Língua Portuguesa, **6** de Legislação e **4** de Raciocínio Lógico – **24** de **Conhecimentos Específicos** e a **Prova de Redação em Língua Portuguesa**. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras **(A), (B), (C), (D)** e **(E)**, das quais apenas uma é correta.
- 2 Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA e a FOLHA DE REDAÇÃO.
- 3 A prova de Redação em Língua Portuguesa consistirá na elaboração de texto escrito com, **no máximo, 30 linhas**, em que serão avaliados: tema e nível de linguagem, coesão e coerência, regras de escritas.
- 4 É necessário conferir se a prova está completa e sem falhas, bem como se o seu nome e o seu número de inscrição conferem com os dados contidos no CARTÃO-RESPOSTA e na FOLHA DE REDAÇÃO. **Caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.**
- 5 Após a conferência, assine no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA.
- 6 A marcação do CARTÃO-RESPOSTA e a transcrição do texto definitivo para a FOLHA DE REDAÇÃO devem ser feitas com **caneta esferográfica de corpo transparente e tinta preta ou azul.**
- 7 Do CARTÃO-RESPOSTA, não serão computadas as questões cujas alternativas estiverem sem marcação, com mais de uma alternativa marcada, ou com o uso de corretivo.
- 8 O CARTÃO-RESPOSTA e a FOLHA DE REDAÇÃO não podem ser dobrados, amassados, rasurados, manchados ou danificados de qualquer modo. Não é permitida a utilização de qualquer espécie de corretivo. O CARTÃO-RESPOSTA e a FOLHA DE REDAÇÃO somente serão substituídos se neles forem constatados falha de impressão e/ou se os dados apresentados no CARTÃO e na FOLHA não corresponderem aos seus.
- 9 O CARTÃO-RESPOSTA e a FOLHA DE REDAÇÃO serão os únicos documentos considerados para a correção. O BOLETIM DE QUESTÕES não valerá, sob hipótese alguma, para efeito da correção.
- 10 O candidato deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização da prova por, **no mínimo, 2 (duas) horas** após o início da prova.
- 11 Quando terminar a prova, devolva ao fiscal de sala todo o material relacionado no **item 2** acima e assine a LISTA DE PRESENÇA. A assinatura do seu nome deve corresponder àquela que consta no seu documento de identificação.
- 12 Somente será permitido ao candidato levar o seu BOLETIM DE QUESTÕES, ao deixar em definitivo a sala de provas no decurso dos **últimos 30 (trinta) minutos** que antecedem o término da prova.
- 13 O tempo disponível para a prova é de **cinco horas, com início às 14:00h e término às 19:00h**, observado o horário de Belém-PA.
- 14 Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no BOLETIM DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.

Boa Prova!



MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 1 A 42.

LÍNGUA PORTUGUESA (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

Leia atentamente o texto a seguir para responder às questões de 1 a 8.

Universidade pública pode cobrar mensalidade dos mais ricos?

Especialistas se dividem sobre assunto que terá de ser enfrentado por ministro Abraham Weintraub.
Constituição hoje não permite cobrança

Karla Dunder

1 O governo federal já deixou bem claro que a prioridade da educação será o ensino básico. Mas com
2 contingenciamento de verbas em todos os ministérios e como boa parte do orçamento da área é destinado
3 às universidades públicas, volta ao debate a questão do financiamento e de uma possível cobrança de
4 mensalidade.
5 De acordo com o artigo 206 da Constituição, as universidades públicas são gratuitas, não podem
6 cobrar mensalidades. Para mudar o texto seria necessário aprovar uma Proposta de Emenda Constitucional
7 (PEC). Também há decisões do Supremo Tribunal Federal que impediram cobrança até de taxas de
8 matrícula em instituições públicas.
9 O assunto pode ser interpretado como uma boa briga ou um debate saudável, como observa a
10 diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais da FGV/EBAPE, professora Cláudia
11 Costin. "Esse é um assunto que não pode ser tratado como um tabu".
12 Ao mesmo tempo, Cláudia defende a produção de "estudos sérios e científicos a esse respeito para
13 que uma decisão possa ser tomada".
14 Um estudo do Banco Mundial, divulgado em 2017 aponta que a cobrança de mensalidade nas
15 universidades públicas brasileiras seria uma forma de diminuir as desigualdades sociais.
16 "A maioria dos estudantes dessas universidades vem de escolas particulares, poderiam pagar a
17 mensalidade", avalia Marcelo Becerra, especialista líder em Educação do Banco Mundial. "O gasto público
18 nessas universidades é desigual e favorece os mais ricos. Não seria correto que toda a sociedade financie
19 o estudo de jovens de classes mais altas".
20 Como alternativa, Becerra usa o sistema das universidades australianas. O estudante paga o curso
21 após a formatura. "Uma parte do custo é devolvida à universidade, mas, como todas as questões sensíveis,
22 deve ser amplamente discutida com a sociedade".
23 Em diferentes países, universidades cobram mensalidades de estudantes que podem pagar e
24 oferecem bolsas de estudos ou políticas de financiamento para aqueles que não têm condições. "A cobrança
25 de mensalidade não é ruim, mas não é suficiente para a manutenção da universidade, mesmo em países
26 como Inglaterra, onde o governo investe nas instituições de ensino e pesquisa".
27 Para o reitor da Unicamp, o professor Marcelo Knobel, a universidade gratuita é um direito de todo
28 cidadão. "É possível pensar em outros mecanismos como cobrar mais impostos de quem ganha mais",
29 avalia.
30 Knobel também destaca "que em nenhum lugar do mundo a cobrança de mensalidade permite
31 financiar a universidade, mesmo no MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts), nos Estados Unidos,
32 só 10% da receita vêm das mensalidades".
33 Para o reitor da Unicamp, não é a cobrança de mensalidade que resolverá as questões de equidade
34 social. E destaca a importância das universidades para a produção de pesquisa. "As universidades públicas
35 têm um papel fundamental para o desenvolvimento de pesquisa de excelência, a cobrança seria um
36 retrocesso."
37 Difícil e delicada é a discussão. Há excelentes defensores de ideias em cada lado da polêmica. Mas
38 é um tema que terá de ser enfrentado pelo novo ministro Abraham Weintraub, senão agora, em breve.

<https://noticias.r7.com/educacao/universidade-publica-deve-cobrar-mensalidade-dos-mais-ricos-12042019>

Acessado em 25/05/2019

Texto adaptado

- 1 Segundo Marcelo Becerra, deve-se discutir com a sociedade
- (A) as desigualdades sociais nas universidades públicas.
(B) os gastos públicos nas universidades.
(C) o financiamento dos estudos de jovens de classe alta.
(D) o pagamento de cursos superiores após a formatura.
(E) a devolução dos custos dos cursos às universidades.



- 2 O entrevistado que se contrapõe ao pagamento de mensalidades por estudantes mais ricos julga que a medida
- (A) diminuiria as desigualdades sociais no País.
 - (B) favoreceria os estudantes de escolas particulares.
 - (C) aumentaria o gasto público nas universidades.
 - (D) não garantiria a manutenção das universidades.
 - (E) comprometeria o desenvolvimento de pesquisas.
- 3 O termo empregado no texto que **não** faz referência à cobrança de mensalidades nas universidades é
- (A) *assunto* (linha 9).
 - (B) *forma* (linha 15).
 - (C) *alternativa* (linha 20).
 - (D) *polêmica* (linha 37).
 - (E) *tema* (linha 38).
- 4 Do enunciado “*Esse é um assunto que não pode ser tratado como um tabu*” (linha 11), é correto compreender que a cobrança de mensalidades em universidades públicas
- (A) deve ser discutida.
 - (B) é inadmissível.
 - (C) precisa ser implementada.
 - (D) pode ser ilegal.
 - (E) dá margem a polêmica.
- 5 Segundo regras de pontuação, uma vírgula deixou de ser empregada em
- (A) *De acordo com o artigo 206 da Constituição, as universidades públicas são gratuitas, não podem cobrar mensalidades* (linhas 5 e 6).
 - (B) *O assunto pode ser interpretado como uma boa briga ou um debate saudável, como observa a diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais da FGV/EBAPE, professora Cláudia Costin* (linhas 9 a 11).
 - (C) *Um estudo do Banco Mundial, divulgado em 2017 aponta que a cobrança de mensalidade nas universidades públicas brasileiras seria uma forma de diminuir as desigualdades sociais* (linhas 14 e 15).
 - (D) *“A maioria dos estudantes dessas universidades vem de escolas particulares, poderiam pagar a mensalidade”, avalia Marcelo Becerra, especialista líder em Educação do Banco Mundial* (linhas 16 e 17).
 - (E) *Para o reitor da Unicamp, não é a cobrança de mensalidade que resolverá as questões de equidade social* (linhas 33 e 34).
- 6 De acordo com a norma culta, existe outra possibilidade de concordância verbal em
- (A) *O governo federal já deixou bem claro que a prioridade da educação será o ensino básico* (linha 1).
 - (B) *De acordo com o artigo 206 da Constituição, as universidades públicas são gratuitas, não podem cobrar mensalidades* (linhas 5 e 6).
 - (C) *“A maioria dos estudantes dessas universidades vem de escolas particulares, poderiam pagar a mensalidade”, avalia Marcelo Becerra, especialista líder em Educação do Banco Mundial* (linhas 16 e 17).
 - (D) *Em diferentes países, universidades cobram mensalidades de estudantes que podem pagar e oferecem bolsas de estudos ou políticas de financiamento para aqueles que não têm condições* (linhas 23 e 24).
 - (E) *Há excelentes defensores de ideias em cada lado da polêmica* (linha 37).
- 7 Está na ordem inversa o enunciado
- (A) *O assunto pode ser interpretado como uma boa briga ou um debate saudável* (linha 9).
 - (B) *“A maioria dos estudantes dessas universidades vem de escolas particulares, poderiam pagar a mensalidade”* (linhas 16 e 17).
 - (C) *O estudante paga o curso após a formatura* (linhas 20 e 21).
 - (D) *E destaca a importância das universidades para a produção de pesquisa* (linha 34).
 - (E) *Difícil e delicada é a discussão* (linha 37).



- 8 O termo grifado acrescenta ao enunciado a ideia de inclusão em
- (A) *O governo federal já deixou bem claro que a prioridade da educação será o ensino básico* (linha 1).
 - (B) *Também há decisões do Supremo Tribunal Federal que impediram cobrança até de taxas de matrícula em instituições públicas* (linhas 7 e 8).
 - (C) *“A cobrança de mensalidade não é ruim, mas não é suficiente para a manutenção da universidade, mesmo em países como Inglaterra, onde o governo investe nas instituições de ensino e pesquisa”* (linhas 24 a 26).
 - (D) *Knobel também destaca “que em nenhum lugar do mundo a cobrança de mensalidade permite financiar a universidade, mesmo no MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts), nos Estados Unidos, só 10% da receita vêm das mensalidades”* (linhas 30 a 32).
 - (E) *Mas é um tema que terá de ser enfrentado pelo novo ministro Abraham Weintraub, senão agora, em breve* (linhas 37 a 38).

LEGISLAÇÃO (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

- 9 A vacância do cargo público dar-se-á de acordo com a Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990, e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. São hipóteses legais para a sua concretização
- (A) I – falecimento; II – demissão; III – readaptação; IV – aposentadoria; V – posse em outro cargo inacumulável; e VI – exoneração.
 - (B) I – readaptação; II – demissão; III – promoção – IV – exoneração; V – aposentadoria; e VI – posse em outro cargo inacumulável.
 - (C) I – promoção; II – demissão; III – exoneração – IV – readaptação; e V – posse em outro cargo inacumulável; e VI – falecimento.
 - (D) I – demissão; II – exoneração; III – promoção – IV – readaptação; V – aposentadoria; e VI – falecimento.
 - (E) I – falecimento; II – demissão; III – promoção – IV – readaptação; V – aposentadoria; VI – posse em outro cargo inacumulável; e VII – exoneração.
- 10 De acordo com o estabelecido na Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990, e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, além da licença por motivo de doença em pessoa da família e para tratar de interesses particulares, outras licenças também poderão ser concedidas ao servidor, tais como
- (A) I – para o serviço militar; II – por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; III – para atividade política; e IV – para desempenho de mandato classista.
 - (B) I – por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; II – para atividade política; III – para capacitação; e IV – para desempenho de mandato classista.
 - (C) I – para desempenho de mandato classista; II – por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; III – para o serviço militar; e IV – para capacitação.
 - (D) I – por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; II – para o serviço militar; III – para atividade política; IV – para capacitação; e V – para desempenho de mandato classista.
 - (E) I – por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; II – para o serviço militar; III – para atividade política; IV – para capacitação.



- 11 O Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017, regulamenta dispositivos da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, institui o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF como instrumento suficiente e substitutivo para a apresentação de dados do cidadão no exercício de obrigações e direitos e na obtenção de benefícios, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário. (Redação dada pelo Decreto nº 9.723, de 2019). Os órgãos e as entidades do Poder Executivo federal observarão as seguintes diretrizes nas relações entre si e com os usuários dos serviços públicos.
- (A) I – presunção de boa-fé; II – compartilhamento de informações, nos termos da lei; III – atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade; IV – racionalização de métodos e procedimentos de controle; V – eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido; VI – aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e a propiciar melhores condições para o compartilhamento das informações e VII – utilização de linguagem clara, que evite o uso de siglas, jargões e estrangeirismos, somente.
- (B) I – presunção de boa-fé; II – compartilhamento de informações, nos termos da lei; III – atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade; IV – racionalização de métodos e procedimentos de controle; V – eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido; VI – aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e a propiciar melhores condições para o compartilhamento das informações e VII – articulação com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os outros Poderes para a integração, racionalização, disponibilização e simplificação de serviços públicos, somente.
- (C) I – presunção de boa-fé; II – compartilhamento de informações, nos termos da lei; III – atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade; IV – eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido; V – aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e a propiciar melhores condições para o compartilhamento das informações; VI – utilização de linguagem clara, que evite o uso de siglas, jargões e estrangeirismos; e VII – articulação com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os outros Poderes para a integração, racionalização, disponibilização e simplificação de serviços públicos, somente.
- (D) I – presunção de boa-fé; II – compartilhamento de informações, nos termos da lei; III – atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade; IV – racionalização de métodos e procedimentos de controle; V – eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido; VI – aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e a propiciar melhores condições para o compartilhamento das informações; VII – utilização de linguagem clara, que evite o uso de siglas, jargões e estrangeirismos; e VIII – articulação com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os outros Poderes para a integração, racionalização, disponibilização e simplificação de serviços públicos.
- (E) I – presunção de boa-fé; II – compartilhamento de informações, nos termos da lei; III – racionalização de métodos e procedimentos de controle; IV – eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido; V – aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e a propiciar melhores condições para o compartilhamento das informações; VI – utilização de linguagem clara, que evite o uso de siglas, jargões e estrangeirismos; e VII – articulação com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os outros Poderes para a integração, racionalização, disponibilização e simplificação de serviços públicos, somente.



- 12 O Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Assinale a alternativa em que todos os itens estão corretos.
- (A) I – após cada quinquênio de efetivo exercício, o servidor poderá solicitar ao dirigente máximo do órgão ou da entidade onde se encontrar em exercício licença remunerada, por até três meses, para participar de ação de capacitação; II – a concessão da licença para capacitação fica condicionada ao planejamento interno da unidade organizacional, à oportunidade do afastamento e à relevância do curso ou da atividade para a instituição; III – a licença para capacitação poderá ser parcelada, não podendo a menor parcela ser inferior a trinta dias; IV – o órgão ou a entidade poderá custear a inscrição do servidor em ações de capacitação durante a licença a que se refere o caput deste artigo; V – a licença para capacitação poderá ser utilizada integralmente para a elaboração de dissertação de mestrado ou tese de doutorado, cujo objeto seja compatível com o plano anual de capacitação da instituição; VI – a licença para capacitação poderá ser utilizada integral ou parcialmente para a realização de atividade voluntária em entidade que preste serviços dessa natureza tanto no País quanto no exterior, na forma do regulamento do órgão ou entidade de exercício do servidor.
- (B) I – após cada triênio de efetivo exercício, o servidor poderá solicitar ao dirigente máximo do órgão ou da entidade onde se encontrar em exercício licença remunerada, por até três meses, para participar de ação de capacitação; II – a concessão da licença para capacitação fica condicionada ao planejamento interno da unidade organizacional, à oportunidade do afastamento e à relevância do curso ou da atividade para a instituição; III – a licença para capacitação não poderá ser parcelada; IV – o órgão ou a entidade poderá custear a inscrição do servidor em ações de capacitação durante a licença a que se refere o caput deste artigo; V – a licença para capacitação poderá ser utilizada integralmente para a elaboração de dissertação de mestrado ou tese de doutorado, cujo objeto seja compatível com o plano anual de capacitação da instituição; VI – a licença para capacitação poderá ser utilizada integral ou parcialmente para a realização de atividade voluntária em entidade que preste serviços dessa natureza somente no País, na forma do regulamento do órgão ou entidade de exercício do servidor.
- (C) I – após cada quadriênio de efetivo exercício, o servidor poderá solicitar ao dirigente máximo do órgão ou da entidade onde se encontrar em exercício licença remunerada, por até três meses, para participar de ação de capacitação; II – a concessão da licença para capacitação fica condicionada ao planejamento interno da unidade organizacional, à oportunidade do afastamento e à relevância do curso ou da atividade para a instituição; III – a licença para capacitação poderá ser parcelada, não podendo a menor parcela ser inferior a trinta dias; IV – o órgão ou a entidade poderá custear a inscrição do servidor em ações de capacitação durante a licença a que se refere o caput deste artigo; V – a licença para capacitação poderá ser utilizada integralmente para a elaboração de dissertação de mestrado ou tese de doutorado, cujo objeto não necessariamente seja compatível com o plano anual de capacitação da instituição; VI – a licença para capacitação poderá ser utilizada integral ou parcialmente para a realização de atividade voluntária em entidade que preste serviços dessa natureza tanto no país quanto no exterior, na forma do regulamento do órgão ou entidade de exercício do servidor.
- (D) I – após cada anuênio de efetivo exercício, o servidor poderá solicitar ao dirigente máximo do órgão ou da entidade onde se encontrar em exercício licença remunerada, por até três meses, para participar de ação de capacitação; II – a concessão da licença para capacitação fica condicionada ao planejamento interno da unidade organizacional, à oportunidade do afastamento e à relevância do curso ou da atividade para a instituição; III – a licença para capacitação poderá ser parcelada, não podendo a menor parcela ser inferior a trinta dias; IV – o órgão ou a entidade não poderá custear a inscrição do servidor em ações de capacitação durante a licença a que se refere o caput deste artigo; V – a licença para capacitação poderá ser utilizada integralmente para a elaboração de dissertação de mestrado ou tese de doutorado, cujo objeto seja compatível com o plano anual de capacitação da instituição; VI – a licença para capacitação somente poderá ser utilizada integralmente para a realização de atividade voluntária em entidade que preste serviços dessa natureza tanto no País quanto no exterior, na forma do regulamento do órgão ou entidade de exercício do servidor.



- (E) I – após cada biênio de efetivo exercício, o servidor poderá solicitar ao dirigente máximo do órgão ou da entidade onde se encontrar em exercício licença remunerada, por até três meses, para participar de ação de capacitação; II – a concessão da licença para capacitação fica condicionada ao planejamento interno da unidade organizacional, à oportunidade do afastamento e à relevância do curso ou da atividade para a instituição; III – a licença para capacitação somente poderá ser parcelada, não podendo a menor parcela ser inferior a trinta dias; IV – o órgão ou a entidade não poderá custear a inscrição do servidor em ações de capacitação durante a licença a que se refere o caput deste artigo; V – a licença para capacitação somente poderá ser utilizada integralmente para a elaboração de dissertação de mestrado, cujo objeto não necessariamente seja compatível com o plano anual de capacitação da instituição; VI – a licença para capacitação poderá ser utilizada integral ou parcialmente para a realização de atividade voluntária em entidade que preste serviços dessa natureza tanto no País quanto no exterior, na forma do regulamento do órgão ou entidade de exercício do servidor.
- 13 Cassação de aposentadoria ou disponibilidade, suspensão e demissão são penalidades disciplinares previstas na Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990, e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. De acordo com essa Lei, outras penalidades disciplinares existem, tais como
- (A) I – advertência.
- (B) I – destituição de função comissionada; e II – destituição de cargo em comissão.
- (C) I – advertência; II – destituição de cargo em comissão; e III – destituição de função comissionada.
- (D) I – destituição de cargo em comissão.
- (E) I – destituição de função comissionada.



- 14 O Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Dentre outras situações, são deveres fundamentais do Servidor Público
- (A) I – desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; II – exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário; III – ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; IV – jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; V – tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público; VI – ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos.
- (B) I – desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; II – exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário; III – ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; IV – jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; V – tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público; VI – de modo opcional, manter-se atualizado com as instruções, as normas de serviço e a legislação pertinentes ao órgão onde exerce suas funções.
- (C) I – desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; II – exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário; III – ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; IV – não necessariamente divulgar e informar a todos os integrantes da sua classe sobre a exigência deste Código de Ética, estimulando o seu integral cumprimento; V – tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público; VI – ter consciência de que seu trabalho não necessariamente seja regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos.
- (D) I – desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; II – exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário; III – ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; IV – não necessariamente zelar, no exercício do direito de greve, pelas exigências específicas da defesa da vida e da segurança coletiva; V – tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público; VI – ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos.
- (E) I – desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; II – exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário; III – ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; IV – sempre que possível poderá retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; V – não obrigatoriamente comunicar imediatamente a seus superiores todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público; VI – ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos.



RACIOCÍNIO LÓGICO (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

- 15 João vai sair de casa e é interpelado por sua mãe:
- João, você vai aonde?
- Não tenho certeza, mãe. Vou encontrar amigos para ir ao futebol ou ao cinema no shopping.
- João, se você for ao cinema, compre chocolate para mim.
- Sim, mãe.
- Quatro horas mais tarde, João, que sempre atende às solicitações de sua mãe, retorna e vem com chocolates. É correto concluir que
- (A) João foi ao cinema.
(B) João não foi ao cinema.
(C) João foi ao cinema e João comprou o chocolate.
(D) João comprou o chocolate no shopping.
(E) João foi ao cinema ou João comprou o chocolate.
- 16 Um motorista dirige um ônibus entre a cidade A e a cidade B, distantes 300 km. Invariavelmente sai na segunda-feira de A às 7 horas e chega na cidade B às 12 horas. Na terça-feira, sai da cidade B às 7 horas e chega na cidade A às 12 horas. É correto afirmar que
- (A) o motorista trafegou pelo menos quatro horas com velocidade superior a 80 km/h.
(B) o motorista trafegou sempre abaixo de 60 km/h.
(C) existiu um mesmo horário entre as 7 e as 12 horas na segunda e na terça-feira em que o veículo esteve na mesma posição na ida de A para B e na vinda de B para A.
(D) é improvável que tenha havido um mesmo horário entre as 7 e as 12 horas na segunda e na terça-feira em que o veículo esteve na mesma posição na ida de A para B e na vinda de B para A.
(E) o motorista parou durante o trajeto tanto na segunda-feira como na terça-feira.
- 17 Cinco crianças identificadas pelas letras A, B, C, D e E participam de um jogo, que consiste em passar uma bola de uma para outra de acordo com as regras: A sempre passa a bola para B; B sempre passa para D; C sempre passa para A; D sempre passa para E e E sempre passa para C. Se o jogo inicia por B, é correto afirmar que, após 123 passagens, a bola encontra-se com o jogador
- (A) A.
(B) B.
(C) C.
(D) D.
(E) E.
- 18 Um tanque de 100 metros cúbicos de volume encontra-se enterrado e completamente cheio de água. O tanque está rachado e a água do terreno infiltra a uma razão constante no tanque. Uma bomba trabalha 12 horas durante o dia e retira 30 metros cúbicos de água. Fica parada 12 horas durante a noite, período em que 10 metros cúbicos de água retornam ao tanque pela infiltração. Neste ritmo, o tanque será esvaziado pela primeira vez no
- (A) oitavo dia.
(B) nono dia.
(C) décimo dia.
(D) décimo-primeiro dia.
(E) décimo-segundo dia.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 19 A Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN) visa à produção de refeições nutricionalmente adequadas ao perfil dos usuários, com garantia de qualidade sanitária, toxicológica e sensorial. A função administrativa que tem por objetivo ligar, unir, harmonizar todos os atos e todos os esforços coletivos é
- (A) prever.
 - (B) organizar.
 - (C) dirigir.
 - (D) coordenar.
 - (E) controlar.
- 20 Alguns requisitos devem ser buscados ao se planejar a localização da Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN). Dessa forma, a sua localização, além de ser estratégica para clientes, deve possibilitar
- (A) iluminação natural, ventilação natural cruzada; comunicação com o exterior; reparos, reformas e ampliações na edificação e instalações e eliminação de monta-cargas e elevadores.
 - (B) edificação e instalações voltadas para o nascente; iluminação artificial, fluxo ordenado, ventilação mista; comunicação com as demais áreas ou setores.
 - (C) iluminação e ventilação mista, fluxo ordenado, comunicação com o ambiente externo; andar térreo para garantir ampliações futuras.
 - (D) edificação e instalações de preferência para o nascente; andar térreo, iluminação e ventilação mista; comunicação com as demais áreas ou setores.
 - (E) iluminação e ventilação predominantemente artificial; fluxo ordenado, comunicação cruzada, andar térreo e superior com presença de monta-cargas e de elevadores.
- 21 Numere a 2ª coluna de acordo com a 1ª.
- | | |
|----------------------|--|
| (1) custos diretos | () são aqueles que mantêm relação direta com o volume de produção. Ex: água e energia. |
| (2) custos indiretos | () também conhecidos como controláveis, são todos aqueles diretamente ligados ao produto final. Ex: gêneros alimentícios e mão de obra. |
| (3) custos fixos | () são os custos invariáveis e independentes da quantidade e da capacidade de produção. Ex: impostos e salários. |
| (4) custos variáveis | () são aqueles contabilizados por meio de estimativas ou rateio. Ex: aluguel e telefone. |
- A ordem correta é
- (A) 1, 2, 3, 4.
 - (B) 2, 1, 4, 3.
 - (C) 4, 3, 2, 1.
 - (D) 4, 1, 3, 2.
 - (E) 3, 4, 1, 2.
- 22 O percentual aproximado de sobra de um Restaurante Universitário que serve diariamente cerca de 800 refeições no jantar, com uma produção de 630 Kg de alimentos e 30 Kg de sobra, é
- (A) 4,0 %.
 - (B) 4,5 %.
 - (C) 5,0 %.
 - (D) 5,5 %.
 - (E) 6,0 %.



- 23 Segundo a Portaria nº 25, de 29 de dezembro de 1994, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), são consideradas etapas de elaboração do mapa de risco:
- (A) Conhecer as atividades exercidas no local analisado e identificar os riscos existentes no local analisado.
 - (B) Estabelecer o diagnóstico da situação de segurança e saúde no trabalho, na empresa, e controlar o absenteísmo.
 - (C) Estimular a participação dos empregados nas atividades de prevenção de acidentes e há reconhecer situações de insegurança.
 - (D) Identificar as medidas que precisam ser corrigidas e controlar os principais riscos ambientais.
 - (E) Conhecer as atividades exercidas no local analisado e capacitar os empregados para o desempenho da função.
- 24 Em relação às ferramentas da qualidade, é correto afirmar:
- (A) O diagrama de causa e efeito é uma ferramenta gráfica que permite organizar e identificar as causas dos problemas.
 - (B) O diagrama de Pareto é um tipo de gráfico de frequência, no qual as barras verticais são organizadas em ordem decrescente da esquerda para a direita. Este diagrama é importante para realçar os problemas prioritários de um processo, por meio da relação 20/80 (20% das causas explicam 80% dos problemas).
 - (C) A folha de verificação é um formulário físico ou virtual utilizado para avaliar um conjunto de observações de um processo em determinado tempo.
 - (D) O histograma tem por finalidade apresentar a uniformidade dos dados em um determinado período.
 - (E) O gráfico de controle tem como objetivo avaliar se o processo possui falhas detectáveis.
- 25 Uma Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN) com 100 funcionários, que trabalham oito horas diárias, e que serve uma média de 6.000 refeições por dia no almoço e jantar apresentará um Índice de Produtividade Individual (IPI) e um Indicador de Rendimento de Mão de Obra (IRd) de
- (A) 50 refeições por empregado/ 5 minutos por refeição.
 - (B) 55 refeições por empregado/ 6 minutos por refeição.
 - (C) 60 refeições por empregado/ 8 minutos por refeição.
 - (D) 65 refeições por empregado/ 10 minutos por refeição.
 - (E) 70 refeições por empregado/ 12 minutos por refeição.
- 26 Em relação aos objetivos do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAE, conforme descrito no Art. 2º do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, assinale “V” para as afirmativas Verdadeiras e “F” para as Falsas.
- () Democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.
 - () Contribuir para a redução da evasão dos estudantes das Instituições de Ensino Superior.
 - () Minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior.
 - () Reduzir as taxas de retenção e evasão e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.
 - () As ações de assistência estudantil deverão garantir: moradia, alimentação, esporte, lazer e transporte.
- A sequência correta é
- (A) V, F, V, F, V.
 - (B) F, V, F, V, F.
 - (C) V, V, V, F, F.
 - (D) V, F, V, V, F.
 - (E) V, V, V, V, V.



- 27 Segundo o Art. 2º da Resolução nº 26, de 17 de junho de 2013, são diretrizes da Alimentação Escolar o(a)
- (A) universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública do ensino fundamental e médio.
 - (B) inclusão das comunidades tradicionais, indígena e quilombola no controle social, no acompanhamento das ações realizadas pelos Estados e pelos Municípios para garantir a oferta da alimentação escolar saudável e adequada.
 - (C) apoio ao desenvolvimento sustentável regional, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas.
 - (D) inclusão de novas metodologias na educação básica em prol de garantir o processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando os temas da alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida na perspectiva de garantir assistência estudantil a todas as comunidades.
 - (E) direito à alimentação escolar, visando garantir a segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontrem em vulnerabilidade social.
- 28 A Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN. No Capítulo I - disposições gerais, art. 4º, a Segurança Alimentar e Nutricional abrange:
- I A ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, em especial da agricultura tradicional e familiar, do processamento, da industrialização, da comercialização, incluindo-se os acordos internacionais, do abastecimento e da distribuição dos alimentos, incluindo-se a água, bem como da geração de emprego e da redistribuição da renda.
 - II A conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos.
 - III A promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população, incluindo-se grupos populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social.
 - IV A garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos, bem como seu aproveitamento integral, estimulando práticas alimentares que respeitem também a cultura das populações tradicionais, indígenas e quilombolas.
 - V A produção de conhecimento e o acesso à informação.
 - VI A implementação de políticas públicas e estratégias sustentáveis e participativas de produção, comercialização e consumo de alimentos, respeitando-se as múltiplas características culturais do País.
- Estão corretos
- (A) I, III, V e VI, apenas.
 - (B) I, II, III e IV, apenas.
 - (C) II, IV, V e VI, apenas.
 - (D) I, II, III, V e VI, apenas.
 - (E) I, II, III, IV, V e VI.
- 29 Sobre o ato de comer e a comensalidade, o Guia Alimentar para a População Brasileira, no seu capítulo nº 4, orienta que se deve
- (A) comer com regularidade e com atenção; comer em ambientes apropriados; e comer em companhia.
 - (B) comer em ambientes limpos e higienizados; comer com atenção; comer alimentos naturais e saudáveis.
 - (C) evitar alimentos ultraprocessados e processados e priorizar os naturais e minimamente processados.
 - (D) utilizar óleos, gorduras, sal e açúcar com moderação; comer em ambientes preferencialmente tranquilos; e priorizar alimentos naturais em detrimento dos ultraprocessados.
 - (E) preferir alimentos in natura em detrimento dos processados; e fazer compras em locais que ofertem variedades de alimentos saudáveis e integrais.



- 30 Em relação à digestão de proteínas, é correto afirmar que a
- (A) quantidade e qualidade diária de proteínas a serem digeridas consiste em 30 a 90 g oriundas da dieta e de 50 a 100 g de origem endógena; esse valor refere-se ao turnover das proteínas exógenas.
 - (B) quantidade diária total de proteínas a serem digeridas consiste em aproximadamente 60 a 100 g oriundas da dieta e de 60 g de origem exógena; esse valor refere-se ao turnover das proteínas endógenas.
 - (C) quantidade diária total de proteínas a serem digeridas consiste em aproximadamente 70 a 100 g oriundas da dieta e de 35 a 200 g de origem endógena; esse valor refere-se ao turnover das proteínas endógenas.
 - (D) quantidade diária de proteínas a serem digeridas consiste em aproximadamente 80 a 120 g oriundas da dieta e de 45 a 100 g de origem exógena; esse valor refere-se ao turnover das proteínas endógenas.
 - (E) quantidade diária total de proteínas a serem digeridas consiste em aproximadamente 100 a 200 g oriundas da dieta e de 70 g de origem endógena; esse valor refere-se ao turnover das proteínas exógenas.
- 31 Sobre os efeitos deletérios da ação de radicais livres, considere os itens abaixo.
- I Oxidação de LDL, o que pode aumentar o risco de aterosclerose.
 - II Promoção de adesão plaquetária, o que pode acarretar trombose, aumentando o risco de AVC e de enfarte.
 - III Dano ao DNA, levando a aberrações cromossômicas e a neoplasias.
 - IV Potencialização da inflamação.
 - V Desequilíbrio da função imune.
- Estão corretos
- (A) I, II, III e IV, apenas.
 - (B) I, III e V, apenas.
 - (C) II, III e IV, apenas.
 - (D) I, IV e V, apenas.
 - (E) I, II, III, IV e V.
- 32 Sobre a Avaliação da Qualidade Nutricional e Sensorial utilizada na produção de refeições, é correto afirmar que
- (A) é ferramenta que auxilia o nutricionista a realizar uma análise técnica e pontual sobre o cardápio elaborado, pois a avaliação durante o planejamento permite possíveis modificações, além de propiciar a comparação entre o planejado e o executado.
 - (B) é um modelo de acompanhamento do processo produtivo para monitoramento da qualidade nutricional e sensorial de preparações alimentares, elaborado para ser aplicado em associação ao sistema Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC) em Unidades Produtoras de Refeições coletivas e comerciais.
 - (C) é um método de controle do processo produtivo que objetiva a valorização das preparações regionais, associando qualidade simbólica e sensorial às exigências higiênico-sanitárias legais.
 - (D) é um método desenvolvido para Unidades de Alimentação e Nutrição institucionais, o qual consiste na avaliação detalhada do cardápio.
 - (E) é um instrumento de substituição planejada, com respeito à qualidade nutricional e sensorial dos alimentos que compõem um cardápio de uma Unidade Produtora de Refeições.
- 33 São objetivos do tratamento térmico:
- (A) Promover o aumento da atividade de água; reduzir as formas esporuladas das bactérias.
 - (B) Desnaturar proteínas; gelatinizar ou dextrinizar os lipídios.
 - (C) Inativar fatores antinutricionais e toxinas; abrandar e modificar carboidratos não digeríveis ou parcialmente digeríveis e lignina.
 - (D) Aumentar a satisfação; reduzir a oxidação lipídica e a vida de prateleira dos produtos.
 - (E) Promover o escurecimento enzimático conhecido por reação de Maillard; inativar toxinas.



34 A padronização de receitas é uma atividade que contribui para a manutenção da qualidade de formulações alimentares empregadas pelo nutricionista na área de alimentação coletiva ou no atendimento ambulatorial. Em relação aos objetivos de uma Receita Padrão, assinale “V” para as afirmativas Verdadeiras e “F” para as Falsas.

- () Manutenção de controle de qualidade.
- () Treinamento de profissionais.
- () Informações nutricionais.
- () Planejamento de cardápios e previsão orçamentária.
- () Proposição de alterações.

A sequência correta é

- (A) F, V, F, V, F.
- (B) V, F, V, F, V.
- (C) V, V, V, F, F.
- (D) F, F, F, V, V.
- (E) V, V, V, V, V.

35 A Lei nº 8.234, de 17 de setembro de 1991, regulamenta a profissão de Nutricionista e determina outras providências. Quanto ao assunto, analise as afirmativas seguintes.

- I A designação e o exercício do nutricionista são privativos dos portadores de diploma expedido por faculdades de nutrição, devidamente registrado no Ministério da Educação.
- II A carteira de identidade profissional, emitida pelo Conselho Regional de Nutricionistas da respectiva jurisdição, é, para quaisquer efeitos, o instrumento hábil de identificação civil e de comprovação de habilitação profissional do nutricionista, nos termos da Lei nº 6.206, de 7 de maio de 1975, e da Lei nº 6.583, de 20 de outubro de 1978.
- III São exemplos de outras atividades dos nutricionistas: ensino das matérias profissionais dos cursos de graduação em nutrição; auditoria, consultoria e assessoria em nutrição e dietética; educação nutricional; coletividade sadia ou enferma, em instituições públicas e privadas e em consultório de nutrição.
- IV São exemplos de atividades privativas dos nutricionistas: elaboração de informes técnico-científicos; participação em inspeções sanitárias relativas a alimentos e prescrição de suplementos nutricionais.
- V A fiscalização do exercício da profissão de nutricionista compete aos Conselhos Federal e Regionais de Nutricionistas, na forma da Lei nº. 6.583, de 20 de outubro de 1978, ressalvadas as atividades relacionadas ao ensino, adstritas à legislação educacional própria.

Estão corretas

- (A) II, III e IV, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) III, IV e V, apenas.
- (D) II e V, apenas.
- (E) I, II, III, IV e V.

36 Os Procedimentos Operacionais Padronizados (POP) devem estar escritos de forma clara, objetiva e sucinta. Os itens que devem constar em cada POP são

- (A) objetivo; campo de aplicação; definição; documentação; responsabilidade; descritivo técnico; monitoramento; registro; ação corretiva e verificação.
- (B) título; objetivo; metodologia; local de aplicação; documentação; responsabilidade; descritivo técnico; monitoramento e registro.
- (C) nome do documento; objetivo; aplicação; lista de documentação; responsabilidade; monitoramento; descritivo técnico; registro; ação preventiva e corretiva.
- (D) tema; definição; objetivo; monitoramento; documentação; responsabilidade; registro; ação corretiva e avaliação.
- (E) título; objetivo; local de aplicação; monitoramento; descritivo técnico; responsabilidade; registro; avaliação e conclusão.



- 37 Todo e qualquer evento pode ter várias finalidades, que vão desde profissionais, festivas, mistas, diplomáticas até comemorações oficiais. Em relação às etapas de um evento, analise as afirmativas seguintes.
- I Pré-evento: refere-se ao período que antecede a realização de um evento. Nessa fase, todos os detalhes necessários para uma excelente entrega de serviço são planejados.
 - II No pré-evento, elabora-se o plano de trabalho ou checklist a ser seguido antes e durante sua execução.
 - III Transevento é a execução do evento em si. É a fase na qual todo o planejamento é posto em prática com todas as frentes de trabalho atuando de modo sincronizado. Mais do que nunca, as ferramentas de apoio, como cronograma de atividades e *checklist*, são vitais para o controle de desempenho das atividades.
 - IV Pós-evento: esta fase diz respeito à finalização do evento e às atividades posteriores. Além da atividade de desmontagem da infraestrutura em si, no pós-evento enviam-se cartas de agradecimento aos participantes, elaboram-se relatórios de prestação de contas, apresenta-se balanço final, liquidam-se pendências referentes a equipamentos ou serviços utilizados, devolvem-se materiais, enviam-se agradecimentos a apoiadores e patrocinadores.

Estão corretas

- (A) I, II e III, apenas.
 - (B) II, III e IV, apenas.
 - (C) I, II e IV, apenas.
 - (D) III e IV, apenas.
 - (E) I, II, III e IV.
- 38 Deve-se implantar sistemas que garantam um controle eficaz da temperatura, quando esta for essencial à segurança e à adequação dos alimentos. Para isso, os sistemas de controle de temperatura devem considerar a
- (A) composição nutricional e o tipo de embalagem.
 - (B) natureza do alimento, como a atividade de água, e o pH.
 - (C) forma de consumo e a satisfação do cliente.
 - (D) lista de ingredientes e a vida útil do produto.
 - (E) forma de uso do produto e o custo final.
- 39 Sobre o Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC), é correto afirmar que
- (A) facilita a inspeção dos supervisores e promove o aumento da confiança do consumidor.
 - (B) requer o compromisso e a conscientização da equipe operacional.
 - (C) prioriza os Pontos Críticos do Produto (PCP).
 - (D) pode ser aplicado ao longo de toda a cadeia de alimentos, desde a produção primária até o consumo final, devendo sua aplicação ser baseada em evidências científicas de riscos à saúde humana.
 - (E) auxilia no monitoramento da padronização do produto.
- 40 A Teoria Estruturalista focaliza o “homem organizacional”, o qual precisa ter as seguintes características de personalidade:
- (A) Flexibilidade; tolerância às frustrações; capacidade de adiar as recompensas e ter o permanente desejo de realização.
 - (B) Cooperativo; íntegro; tolerante às dificuldades e pensar sempre no coletivo.
 - (C) Organizado; controlado; burocrático e determinado.
 - (D) Tolerância às frustrações; íntegro; organizado e democrático.
 - (E) Democrático; determinado; capacidade de adiar as recompensas e tolerante.



- 41 Antes de iniciar o projeto do Serviço de Alimentação, algumas informações básicas devem ser levantadas, como:
- (A) Tipo de clientela; tipo de refeições e quantidade; período de refeição; tipo de organização; política de compras e região e suas facilidades.
 - (B) Política de estoque; áreas do restaurante; número de funcionários e qualidade do fornecedor.
 - (C) Região e suas facilidades; área de aprovisionamento; fornecedores e número de clientes.
 - (D) Tipo de cardápio; política organizacional; clientela e sistema de distribuição.
 - (E) Número de refeições; política de abastecimento; funcionário capacitado e áreas do restaurante.
- 42 A pesquisa, como atividade científica percorre, desde a formulação do problema até a apresentação dos resultados, na seguinte sequência de fases:
- (A) Definição da pesquisa; delimitação do problema; formulação de hipóteses; definição das variáveis; seleção da amostra; coleta de dados; análise dos dados e redação do texto final.
 - (B) Preparação da pesquisa: seleção, definição e delimitação do tópico ou problema a ser investigado; planejamento de aspectos logísticos para a realização da pesquisa; formulação de hipóteses e construção de variáveis; trabalho de campo (coleta de dados); processamento dos dados (sistematização e classificação dos dados); análise e interpretação dos dados e elaboração do relatório da pesquisa.
 - (C) Escolha da pesquisa; construção dos objetivos geral e específicos; formulação de hipóteses; escolha do desenho de pesquisa; definição das variáveis; processamento dos resultados e elaboração do trabalho de pesquisa.
 - (D) Seleção do tema e do objeto de estudo; justificativa; formulação de hipóteses; definição do método; coleta de dados; análise dos dados; interpretação dos resultados, conclusão do trabalho.
 - (E) Escolha do tema; levantamento bibliográfico; definição dos objetivos do estudo; detalhamento da metodologia; resultados e discussão; conclusão e validação do estudo.



REDAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA

O texto **Universidade pública pode cobrar mensalidade dos mais ricos?** expõe argumentos de pessoas que se colocam favoráveis e de outras que se mostram contrárias à cobrança de mensalidades nas universidades públicas. Em um texto em prosa, **expresse a sua opinião sobre o assunto, apresentando argumentos diferentes daqueles já pontuados no texto.**

Tema:

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30

RESGUEINHO